

33º Encontro Anual da Anpocs

GT 25 – Migrações Internacionais

Renovação de elites políticas locais:

a ascensão de estratos de origem imigrante em São Paulo

Oswaldo Mário Serra Truzzi (UFSCar)  
Maria Teresa Miceli Kerbauy (UNESP Araraquara)  
Agnaldo de Sousa Barbosa (UNESP Franca)

# Renovação de elites políticas locais: a ascensão de estratos de origem imigrante em São Paulo

## 1. Introdução

Este trabalho busca descrever e analisar as principais estratégias trilhadas por imigrantes e seus descendentes visando sua inserção na política local em cinco municípios do interior paulista no período 1890-1960: Ribeirão Preto, São Carlos, Araraquara, Bauru e São José do Rio Preto. Embora a base empírica da presente pesquisa se alicerce sobre os dados levantados nesses cinco municípios, não discutiremos aqui, por questão de espaço, as especificidades atinentes à história política de cada um deles - que certamente existem -, procurando, em contrapartida, apenas deslindar o contexto e os processos gerais que presidiram a entrada de imigrantes e seus descendentes na política local.

De modo geral, o trabalho se vincula à tradição de estudos interessados em investigar padrões de mobilidade de uma camada social específica - imigrantes e seus descendentes - no interior de uma determinada estrutura social - o oeste paulista. Desde o final do século XIX, essa região floresceu impactada pelo desenvolvimento da economia cafeeira, capitaneada pelas oligarquias agrárias tradicionais que dominavam, em cada município, a política local.

A partir dos anos trinta, ocorrem gradativamente alterações significativas na condução da política local no interior paulista. A ampla crise da agricultura, cujo resultado social mais expressivo foi um considerável êxodo rural, alterando a composição rural e urbana dos municípios, a favor dessa última, minou o velho esquema de autoridade dos coronéis que dominavam o poder local, favorecendo, aos poucos, a ascensão política de outros estratos sociais não diretamente ligados ao latifúndio cafeeiro.

Nosso interesse é portanto investigar tal processo de recomposição das elites políticas ao nível local. Tal tema constitui indicador importante da flexibilidade do meio social paulista, da formação de uma classe média em municípios do interior de São Paulo, da permeabilidade de suas elites e das características da estrutura de representação política.

Acreditamos que o exame da entrada de imigrantes na política formal pode revelar-se indicador profícuo das relações de resistência ou de aproximação entre os imigrantes e as elites tradicionais locais e como elemento chave para se apreender o processo de superação do sistema coronelista, a ascensão de uma nova fração na arena política e o advento do populismo, que oportunamente acolherá elementos não pertencentes a famílias tradicionais – mas sim de origem imigrante, no caso.

A inserção dos imigrantes e seus descendentes na sociedade paulista e os impactos de diferentes correntes migratórias sobre a composição dessas elites e sobre as estruturas de poder local e estadual ajudam a entender as mudanças que ocorreram no poder político local no estado de São Paulo, assim como os recursos políticos (materiais ou ideológicos) utilizados para a montagem do estado brasileiro a partir de 1930 e as especificidades de seus impactos regionais.

Embora ainda não se trate de uma pesquisa completamente concluída<sup>\*</sup>, em termos de fontes utilizadas, o trabalho se apóia em dados colhidos em consulta a periódicos e resultados eleitorais, entrevistas, sites e trabalhos acadêmicos já produzidos sobre cinco municípios do interior paulista.

Em São Paulo, a avalanche migratória propiciada pelo desenvolvimento da economia cafeeira, que tanto contribuiu para a formação da população desse estado, sempre inspirou trabalhos sociológicos que privilegiaram um conjunto de questões de feição sócio-econômico (inserção inicial dos imigrantes como colonos, acesso à propriedade rural, formação do operariado, nichos ocupacionais, graus de aculturação e mesmo questões identitárias), cujas análises normalmente prescindem de - ou ao menos levam a segundo plano - lideranças e instituições. Trata-se de um enquadramento teórico certamente mais rico em muitos aspectos, sobretudo naqueles que brotam da inserção econômica desses novos grupos e da valorização de suas experiências no cotidiano. Contudo, não se pode dizer que nessa operação houve apenas ganhos. Ao se privilegiar tais focos, permaneceram relativamente obscuros o Estado e as instituições, como se os indivíduos concretos e suas estratégias operassem no vazio.

---

<sup>\*</sup> Agradecemos o apoio recebido da FAPESP, que vem financiando o projeto que deu origem a esse trabalho. O trabalho final deverá incluir ainda como casos analisados os municípios de Franca e Catanduva.

Em termos metodológicos, provavelmente a maior relevância desse trabalho se situe na tentativa de preencher tais lacunas, revalorizando-se a intersecção entre, de um lado, processos de mobilidade social que forjaram lideranças oriundas de estratos antes marginalizados e, de outro, instituições da política local. Reaparecem assim as instituições e as trajetórias de indivíduos que lograram se constituir em lideranças locais (e que eventualmente extrapolaram o nível local). Evidencia-se assim a complexidade de qualquer sociedade e nela a multiplicidade de lugares e trajetórias que um indivíduo pode trilhar - família, parentela, grupo étnico, grupo sócio-profissional, grupo territorial etc. -, bem como a variedade de recursos, derivados de tais vínculos, de que lança mão em sua ação social.

O trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma: após essa breve introdução, procuramos situar as características mais importantes relacionadas ao exercício da política no quadro institucional da República Velha, constatando a escassa participação de imigrantes e seus descendentes nas esferas da política local, e ao mesmo tempo apontando as possibilidades, ainda que limitadas, de entrada nesse campo. No tópico subsequente, apontamos os principais processos de mobilidade sócio-econômica de que os imigrantes desfrutaram e que em boa medida lastrearam o ingresso na arena política. Em seguida, focalizamos o conturbado período 1930-1945, no qual ocorreram alterações muito significativas derivadas da mudança do regime, do movimento de 1932, do curto período de interregno constitucional e da decretação do Estado Novo. Por fim, focalizamos os primeiros 15 anos do período constitucional (1945-1960), concluindo pela expressiva participação de descendentes de imigrantes na política local.

## 2. Imigrantes na política coronelista

Desde a consolidação do período republicano até 1930, quando ruiu a República Velha, a aristocracia rural cafeicultora deteve a hegemonia do poder político local nos municípios paulistas. Assentava seu domínio sobre uma estrutura de compromisso, entre governos locais e estaduais, denominada “coronelista”. Nela o governo estadual garantia o poder do “coronel” sobre a população e seus rivais, concedendo-lhe o controle dos cargos públicos, enquanto em contrapartida o “coronel” hipotecava seu apoio ao governo, sobretudo através de votos nas eleições. Esse sistema dominou os quarenta anos da Primeira República marcados pela existência de um partido único, o

PRP (o único partido em oposição ao PRP, de importância, a surgir no período foi o Partido Democrático (PD), criado apenas em 1926).<sup>1</sup>

O que é evidente em toda a literatura sobre poder local durante a República Velha é o caráter “fechado” da estrutura política a outros setores sociais que não os proprietários de terra. De modo geral, as relações de poder que se estabeleciam a partir dos municípios nesse período tinham os coronéis proprietários de terras como figuras centrais.

O poder privado faz com que a força eleitoral lhes “empreste prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras” (Leal, 1975, p.23). Além da posse da terra, o poder privado está assentado no isolamento dos municípios, permanecendo o coronel como mediador exclusivo junto aos governos estadual e federal, mesmo que para isso seja necessário conviver com a autonomia extralegal dos chefes municipais governistas.

Cabe assim observar a relativa escassez, no período, de elementos de origem social imigrante na composição das Câmaras Municipais. Conforme aponta o quadro V, essa participação situa-se ao redor de 9% dos mandatos disputados no período republicano até 1930.

---

<sup>1</sup> Embora a bibliografia sobre o tema do poder local seja relativamente extensa no país, especialmente no que diz respeito aos estudos monográficos, desconhecemos estudos mais gerais que estabeleçam ligações entre a estrutura do poder local e a inserção dos imigrantes e seus descendentes nesta mesma estrutura. O tema do poder local inclui textos hoje considerados clássicos, de autores como: Victor Nunes Leal, *Coronelismo, Enxada e Voto* (1948); Tavares Bastos, *A Província* (1937); Nestor Duarte, *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional* (1966); Oliveira Vianna, *Populações Meridionais do Brasil* (1920); Maria Isaura Pereira de Queiroz, *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e outros Ensaios* (1976); e Jean Blondel, *As Condições da Vida Política no Estado da Paraíba* (1957). Merece destaque, ainda, estudos publicados na década de 50 e 60, pela *Revista Brasileira de Estudos Políticos* da Universidade Federal de Minas Gerais, sob a coordenação do professor Orlando de Carvalho, e os estudos de caráter antropológico e histórico, dentre os quais se destacam os de: Emílio Willems, *Cunha - Tradição e Transição em uma Cultura Rural no Brasil* (1947); Donald Pierson, *Cruz das Almas, a Brazilian Village* (1948); Maria Sílvia de Carvalho Franco, *Homens Livres na Ordem Escravocrata* (1969); Stanley F. Stein, *Grandeza e Decadência do Café* (1961); e Warren Dean, *Rio Claro – um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura, 1820-1920* (1977). Essa bibliografia compreende tanto autores que enfatizam a autonomia dos núcleos privados e as consequências advindas de uma sociedade estruturada sem a presença do poder público, como autores que analisam a fragilidade do poder local e sua inexpressividade em face de um Estado patrimonial de formação secular. As obras que melhor esclarecem essas posições são as de Duarte (1966) e Faoro (1987).

**Quadro I**  
Mandatos e vereadores de origem imigrante durante a Primeira República

	Araraquara		São Carlos		Ribeirão Preto		São J.Rio Preto		Bauru	
	M	ME	M	ME	M	ME	M	ME	M	ME
1890-1900	38	4	51	3	44	3	18	1	12	1
1901-1910	27	2	26	2	40	1	18	0	18	1
1911-1920	40	7	40	3	33	6	25	2	30	2
1921-1930	30	2	32	4	33	3	32	5	24	4
1890-1930	135	15	149	12	150	13	93	8	84	8

M – número de mandatos iniciados no período

ME – número de mandatos de vereadores com sobrenomes estrangeiros iniciados no período

Obs.: em geral mandatos de dois anos

Fonte: registros eleitorais, periódicos locais e biografias

De fato, os dados coletados mostram a pequena presença de estrangeiros na política local no período anterior a 1930: poucos sobrenomes oriundos da grande imigração foram encontrados entre os representantes do executivo e do legislativo local. Contudo, sem deixar de se reiterar aqui o caráter restritivo das possibilidades de acesso de imigrantes e seus descendentes à política local no período em que os coronéis reinavam à larga em seus respectivos municípios, torna-se interessante analisar justamente os perfis das exceções.

Assim, só excepcionalmente os imigrantes conseguiram acesso à elite local e os fatores que mais contribuíram para sua presença nesses cargos foram: 1) o sucesso econômico de alguns; 2) o diploma de nível superior e 3) em alguns casos, os vínculos familiares. Tais alternativas não são exclusivas, pois, decerto, encontramos trajetórias que combinaram dois ou três destes fatores.

No primeiro caso, caracterizado por forte ascensão econômica, aparecem os elementos mais prósperos das respectivas colônias de imigrantes. Como de modo geral nas cidades os italianos compuseram o contingente mais importante, a maior parte dos casos observados pertencerá ao grupo. A trajetória típica será trilhada pelo comércio, sendo comum nesses casos que o imigrante em questão fosse proprietário de estabelecimentos que associassem importação de gêneros, emissão de passagens marítimas, envio de remessas monetárias e, em alguns casos, comercialização de

café. Os italianos de fato predominaram, mas há exemplos igualmente relevantes de espanhóis e sírios e libaneses nas regiões da chamada Alta Araraquarense, caracterizada pela importância desses dois grupos. Não se observam entre imigrantes e descendentes trajetórias de mobilidade rural que tenham desabrochado na política, embora nesse contexto, um caso particular que merece menção é o de Francisco Schmidt (1850-1924), imigrante alemão considerado o primeiro rei do café. Ainda que tenha acumulado uma verdadeira fortuna em fazendas de café, o coronel Schmidt “valeu-se de sua experiência de comerciante e dos empréstimos da poderosa firma alemã Theodor Wille”, como salienta Martins (2008, p. 267).

A segunda possibilidade observada diz respeito aos imigrantes ou descendentes que, dispostos de títulos capazes de diferenciá-los do grosso dos contingentes migratórios, valeram-se destes para adentrar em atividades políticas. O título de doutor, fosse médico, farmacêutico, engenheiro ou advogado, era muito prestigiado na época, e normalmente empunhado por descendentes de famílias tradicionais, de modo que o fato de um imigrante ostentá-lo funcionava como sinal de distinção, aproximando-o das elites oligárquicas. Tal aproximação, por sua vez, em alguns casos favoreceu o casamento com filhas de famílias pertencentes às oligarquias tradicionais, constituindo-se esta a terceira possibilidade.

Assim, o sucesso econômico, o título de doutor ou um bom casamento, conferiam certo papel de liderança do político em relação à sua colônia. Nesse caso, o elemento em questão, por ser bem sucedido, provavelmente era convidado pelos coronéis oligarcas a freqüentar a Câmara, atuando como uma espécie de porta-voz de seus conterrâneos. Daí o envolvimento de alguns com associações étnicas, observado em várias das cidades analisadas.

Em um ambiente político totalmente controlado por coronéis proprietários de terra, a presença episódica de imigrantes ou descendentes pode também ter cumprido a função ideológica de acenar para a massa de trabalhadores estrangeiros a possibilidade de ascensão econômica e social. Se um deles, originário da mesma terra, era aceito nos círculos da elite que controlavam o município, isso deveria significar para os imigrantes que o valor da origem, da “raça”, era, em alguma medida, reconhecido, que as vias da ascensão econômica e social estavam abertas.

Era esse o quadro geral da participação política de imigrantes nas Câmaras Municipais do oeste paulista durante a Primeira República. O regime oligárquico logrou, durante

muitos anos, erigir barreiras à participação de elementos de fora de seus círculos. No caso dos imigrantes, a esta contingência se somavam outras dificuldades como o domínio da língua, a falta de instrução e de requisitos legais; além, é claro, do próprio desconhecimento do jogo de poder. Tais dificuldades diminuíram ao longo dos anos, sobretudo à medida que famílias de imigrantes tornavam-se socialmente mais integradas e economicamente mais prósperas.

### 3. Imigrantes e mobilidade sócio-econômica

Para embasar a entrada de imigrantes e seus descendentes no poder local, é necessário - antes de examinar as características específicas que tomaram tal inserção na política - se referir às trajetórias de mobilidade sócio-econômica de estratos de origem imigrante no interior paulista. Sem a alusão a tais trajetórias, não seria possível compreender a matriz social de onde surgiram aqueles que se aventuraram pela senda da política nos municípios analisados. Para tal, é interessante situar, em primeiro lugar, os processos mais importantes de mobilidade sócio-econômica de imigrantes ainda durante a Primeira República, quer no ambiente rural, quer em áreas urbanas.

Segundo Holloway (1984), apoiado em dados da Secretaria da Agricultura de 1923, antes da expansão cafeeira de fins da década de 1920, antes do deslocamento econômico e da subdivisão das fazendas mais antigas, os imigrantes já haviam assumido uma posição importante como proprietários de terras e produtores de café, especialmente adquirindo glebas de menor tamanho. O aparecimento de pequenas fazendas pertencentes a imigrantes surge como uma atividade complementar que vai atender a demanda interna e os mercados locais crescentes.

Os dados obtidos referentes aos municípios analisados corroboram as observações de Holloway, revelando o avanço da pequena propriedade nas mãos de estrangeiros entre os anos de 1905, 1920, 1934 e 1940, atestando uma relativa mobilidade econômica e social dos imigrantes no campo. Se é verdade que tal mobilidade em geral não se concretizou em trajetórias diretas de credenciamento às atividades políticas, pois, como já se observou, raramente se encontram casos de imigrantes que adentram a política a partir da condição de proprietários rurais, sem atividade ou base implantada na cidade, não se pode omitir que tal mobilidade debilitou o predomínio outrora absoluto das elites rurais proprietárias. Após os anos trinta, tal tendência acentuou-se,



agora paralelamente ao enfraquecimento do poder econômico e político dos fazendeiros paulistas. Esse é um primeiro processo que debilitou o domínio dos coronéis sobre seus respectivos municípios.

Um segundo processo, de certo modo articulado ao primeiro, foi a mobilidade experimentada por imigrantes que haviam se estabelecido como comerciantes ou proprietários de pequenas indústrias e oficinas diretamente nas áreas urbanas. Alguns desses imigrantes, conforme apontou Dean (1971), já haviam trazido consigo alguma experiência nesse sentido de seus países de origem, o que permitiu alguma mobilidade ainda nos anos de pleno vigor da economia cafeeira. Muitos aprenderam habilidades e ofícios como aprendizes dos mais experientes. O pouco interesse ou habilidade das elites nacionais por atividades desse tipo fez com que os imigrantes prosperassem livremente nesses setores.

A própria economia cafeeira estimulava o desenvolvimento de várias atividades comerciais e industriais abraçadas por imigrantes. Em todos os municípios analisados, encontraremos pelo menos quatro diferentes tipos de empresas que em boa medida floresceram à sombra dos estímulos da economia cafeeira: os engenhos e atividades de beneficiamento do café e de outros cereais; as oficinas de manutenção que as estradas de ferro requeriam (serralherias, fundições, forjarias, serrarias, etc.), a indústria têxtil nascente (estimulada em boa parte pela demanda de sacaria para o café), e a indústria produtora de artigos para o consumo popular (alimentos, bebidas, vestuário, móveis etc). Isso sem falar no comércio. Nos anos 30, quando a crise cafeeira exigiu a reorientação das atividades econômicas nos municípios, a maior parte deles sofrerá um processo de diversificação agrícola, associada, quando possível, ao processamento industrial.

Ao cabo de alguns anos, foi mais ou menos inevitável que alguns dentre eles tivessem prosperado e pretendessem, agora, conquistar novas posições. Neste sentido, o estar pronto para a política constitui um processo que também é fruto da mobilidade sócio-econômica ascendente destes grupos.

Vale lembrar ainda que as habilidades artesanais dos imigrantes que se deslocaram para as cidades garantiam-lhes também emprego nas ferrovias ou nas atividades econômicas paralelas necessárias ao funcionamento das mesmas. É o caso de Bauru, cujo entroncamento ferroviário foi importante para o desenvolvimento de atividades econômicas relacionadas à ferrovia, cujas oficinas demandavam mão de obra

especializada, garantindo empregos para os imigrantes e seus descendentes. A exemplo do que ocorreu em Araraquara, poderíamos arrolar, nos outros municípios, um conjunto expressivo de atividades urbanas no comércio e na indústria capitaneadas por imigrantes, desde a Primeira República.<sup>2</sup>

Em muitos casos, essa trajetória de mobilidade representou mais, em termos de seu impacto sobre o poder local, do que aquela observada no campo - onde, conforme já observamos, foi crescente o número de pequenas propriedades nas mãos de imigrantes -, pois a entrada na política local sempre requereu o estabelecimento domiciliar e uma rede de relações na cidade, isto é, na área propriamente urbana do município. Assim a entrada de novos agentes políticos acompanhou *pari passu* a diferenciação da estrutura econômica e ocupacional dos municípios analisados. No conjunto, essas circunstâncias contribuíram à criação de condições mais propícias para que muitos da primeira geração de descendentes de imigrantes ingressassem na política formal a partir de 1945, quando o arcabouço institucional se reorganizou.

#### 4. Centralização do Estado, intervenção nos municípios e êxodo rural

O período que se inicia em 1930, que da perspectiva do poder local é pouco estudado e pouco compreendido, marca no nosso entendimento o início da reorganização do poder local que vai culminar com a expressiva participação política dos imigrantes e descendentes a partir de 1945.

A subida de Vargas ao poder em 1930 forçou a reorganização do jogo político e abriu espaços para a ascensão de novos grupos sociais. Durante os quinze anos em que Vargas foi o chefe do executivo federal (1930-1945), o país passou por transformações profundas. Além das alterações trazidas sobre os rumos da economia, o novo governo revolucionário realizou reformas sobre todo o sistema político com conseqüências significativas sobre a estrutura do poder municipal e sobre a composição das elites paulistas.

Todas essas inovações por certo exerceram profunda influência na transformação das políticas estadual e municipal. Nos primeiros anos da década de trinta, porém, os

---

<sup>2</sup> Uma ótima fonte para se apreender o vulto de tais atividades são os almanaques, na época comumente publicados, em cada município.

mecanismos estratégicos que de imediato alteraram as bases do poder local foram aqueles ativados pelo sistema interventorias - departamentos administrativos, que interligava as oligarquias municipais e estaduais aos ministérios e à Presidência da República.

Esse sistema consistia essencialmente no seguinte: o Executivo federal nomeava para a chefia dos governos estaduais indivíduos, que, embora nativos dos estados, eram destituídos de maiores raízes partidárias, com escassa biografia política ou que, se a possuíam, fizeram-na até certo ponto fora das máquinas tradicionais nos estados. No estado de São Paulo, Adhemar de Barros é um exemplo típico desse processo, conforme notaremos adiante.

O sistema de interventorias pouco ou nada interferia com os pilares econômicos do poder político nos estados ou municípios, nem era esse seu intuito. Não obstante, enfraquecia as antigas situações na medida em que o interventor não devia a elas sua permanência, mas sim ao beneplácito do executivo federal ou estadual.

Vedados os canais tradicionais de representação, as antigas e novas oligarquias foram encurraladas num sistema que tinha como fulcro tais interventorias, acopladas a órgãos burocráticos subordinados ao DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público) sujeitos por sua vez ao Presidente da República. O DASP – representado nos estados pelos departamentos estaduais, ou “daspinhos”- foi decisivo na função de montagem da estrutura de poder burocrático: a de um cinto de transmissão entre o executivo federal e a política dos estados e destes com a dos municípios.

Embora concebido como um Departamento Administrativo Geral, encarregado de realizar um estudo global do sistema administrativo do país, para transformá-lo, ele se tornou uma espécie de super-ministério. Os “daspinhos” funcionavam ao mesmo tempo como uma espécie de legislativo estadual e como corpo supervisor para os interventores e o Ministério da Justiça. Os prefeitos municipais tinham que se submeter não só ao interventor, mas também ao presidente do departamento estadual do serviço público. Membros do DASP orgulhavam-se de fazer o trabalho da antiga Câmara e do Senado do estado e de mais 271 câmaras municipais.

Concretamente, o novo regime instalado tratou logo de promover as primeiras medidas no sentido da centralização, inaugurando uma era muito diferente dos tempos de

vigência do coronelismo, em que cada chefe político no município mantinha autonomia quase irrestrita na condução do governo local. Através do decreto n. 20348, de 29 de agosto de 1931, o governo provisório passou a estabelecer normas sobre a administração local, concedendo um papel bastante relevante aos interventores federais nos estados. O decreto instituía os chamados Conselhos Consultivos, tanto ao nível estadual quanto municipal. Embora tais conselhos não tenham sido implantados em todos os municípios, e nem mesmo operado em circunstâncias muito favoráveis, seus membros eram nomeados pelo interventor e em certo sentido eles tomavam para si a tarefa das antigas Câmaras, de auxiliar e fiscalizar o prefeito. E de modo significativo, a composição de tais conselhos não vetava a possibilidade de inclusão de estrangeiros, colhidos entre os maiores contribuintes do município, e que se tornou circunstância relativamente comum.<sup>3</sup>

A nomeação de prefeitos pelo interventor e a criação de “Conselhos Consultivos” municipais, que tinham a função formal de aconselhá-los, estabeleceram umas das primeiras plataformas institucionais, ou portas de entrada, para o acesso de grupos sociais antes distantes das esferas do poder municipal. De fato, o decreto-lei que criou os Conselhos determinava especificamente, que os estrangeiros poderiam ser incluídos nesses órgãos.

Analisando-se agora a movimentação dos prefeitos no período imediato à revolução de 1930, podemos afirmar que, no conjunto, a revolução propiciou, do ponto de vista da política local, mudanças entre as elites que comandavam a cena política nos municípios analisados. Os antigos chefes perrepistas foram deslocados, ao menos temporariamente, e em seu lugar vicejaram figuras de oposição ao situacionismo, que de algum modo haviam apostado nos ideais propugnados pelo Partido Democrático. Contudo, não se pode dizer que a matriz social desses novos elementos que se aglutinaram ao redor do PD fosse muito distinta dos antigos dirigentes. Em alguns casos, talvez a nova elite fosse um pouco mais ilustrada, em comparação aos velhos coronéis habituados a comandar o cenário local; mas os dados indicam que, em termos de extração social, as mudanças foram poucas, o que provavelmente facilitou, mais tarde, a recomposição dos setores aliados em 1930. Do ponto de vista do tema que nos interessa, por exemplo, podemos afirmar que a participação de personalidades

---

<sup>3</sup> O artigo 3º do referido decreto estipula que os Conselhos Consultivos Municipais compor-se-ão de três ou mais membros nomeados pelo interventor da seguinte forma: a) uma a três, dentre os maiores contribuintes do município; b) um, indicado pelo prefeito municipal; c) um ou mais, de livre escolha do próprio Interventor no Estado.

de origem imigrante durante o episódio de 1930, foi muito reduzida, não se observando praticamente nenhuma liderança expressiva entre as hostes do PD que assumiram os governos locais nos municípios analisados.

Ao nível local, o papel do interventor estadual foi se mostrando cada vez mais presente, o que frustrou muitas das expectativas de que os novos dirigentes do município passariam a controlar a política local como os antigos coronéis o faziam. Tais decepções, associadas à má época vivenciada pelos negócios do café, desapontaram muitos espíritos e precipitaram, em abril de 1931, o rompimento do Partido Democrático, a nível estadual, com o novo regime. Daí para frente, as forças políticas paulistas entraram cada vez mais em rota de colisão com o governo federal, situação que desaguou no movimento de 1932. Em fevereiro deste ano, o anúncio da Frente Única Paulista, unindo o PD e o PRP sob a bandeira da constitucionalidade, despertou mobilizações significativas nos municípios analisados.

Para nossos propósitos, cumpre ressaltar que o episódio do movimento de 1932, dado o alto grau de mobilização de todos os estratos sociais em cada um dos municípios, serviu para atenuar as distâncias sociais entre as antigas elites e os setores urbanos (trabalhadores, comerciantes e industriais) de origem imigrante. Grupos sociais de origens muito distintas acabaram sendo mobilizados frente a um inimigo comum, aparando arestas e evidenciando, pela primeira vez em cidades do interior paulista, que os imigrantes - trazidos a princípio apenas para o trabalho nas lavouras de café - haviam sido requisitados a tomar partido em um episódio de natureza política, participando e lutando muitas vezes ombro a ombro com setores da elite local. Isso de fato ocorreu, muito embora pouco se note, entre os líderes da Frente Única nos municípios, a presença significativa de sobrenomes de origem estrangeira. De qualquer modo, dado a elevada mobilização que arrastou todos os setores, as diversas colônias de imigrantes, através de seus líderes, associações e sociedades beneficentes foram inevitavelmente levadas a contribuir com os revolucionários paulistas.

Findo o movimento, a derrota de São Paulo, embora tenha infligido certo desânimo na população em geral, que se viu ela própria derrotada, sobretudo quando tropas mineiras ocuparam por alguns dias os municípios, foi atenuada pela posição conciliatória de Vargas no período pós-revolucionário. A partir de então, o clima já era de mobilização para a eleição dos deputados à Assembleia Constituinte. Na esteira da mobilização conseguida com a revolução do ano anterior, a Frente Única resistiu às

tendências de divisão, transformada em “Chapa Única por São Paulo Unido”<sup>4</sup>, que concorreu ao pleito em maio de 1933, obtendo ampla vitória no estado nas eleições para deputado à Assembléia Nacional Constituinte. Entretanto, no ano seguinte, a coligação entre o PRP e o antigo PD não resistiu, ocasionando a formação de novos partidos no cenário político local em meados de 1934, ao final do governo provisório.

Podemos afirmar que a participação política propriamente dita, em cargos de representação pública, de imigrantes ou de seus descendentes, ao longo dos quatro anos decorridos durante o período do chamado governo provisório, foi bastante reduzida ao nível dos municípios analisados. A maior parte dos políticos com atuação mais significativa provinha de famílias já há mais tempo estabelecidas no país.

Dadas as características do movimento de trinta, a centralização do Estado brasileiro não significou a marginalização dos interesses econômicos dominantes no período anterior, mas, como apontamos, uma redefinição dos canais de acesso e de influência na articulação de todos os interesses, velhos e novos. A característica do período é a influência marcante do interventor federal do estado na vida política dos municípios, seja nomeando efetivamente os prefeitos, seja redefinindo o funcionamento e atribuições do governo local através do decreto n. 20348. Esse traço de inovação, de cunho centralizador, contrasta com o sistema político coronelista vigente no período anterior. Basta observar, durante o curto período de quatro anos, o número elevado de cidadãos nomeados pelo interventor que exerceram o cargo de prefeito nos municípios analisados.

Por outro lado, se é verdade que o novo regime, ao menos nesses primeiros quatro anos, não se valeu de uma matriz social conformada por estratos de origem imigrante, também não se pode desconsiderar o fato de que novos atores políticos foram prestigiados e estimulados a aparecer, fora da bitola estreita do perrepismo anterior a 1930, e recrutados em sua maioria entre os detentores de diplomas de profissionais liberais, de Direito e Medicina, sobretudo. Nesse sentido, podemos afirmar que houve certa renovação de quadros (embora com elementos oriundos de famílias tradicionais), que, aliada à presença marcante do interventor, embaralhou o jogo político local, minando as bases anteriores de operação do coronelismo.

---

<sup>4</sup> Composta por elementos do PRP, do PD, da Liga Eleitoral Católica e da Federação dos Voluntários de São Paulo.

Ainda é necessário frisar que, do ponto de vista da legislação eleitoral, o poder dos coronéis também foi debilitado pela intervenção do Estado. A Revolução de 1930 tinha como um dos princípios a moralização do sistema eleitoral. Um dos primeiros atos do governo provisório foi a criação de uma comissão de reforma da legislação eleitoral, cujo trabalho resultou no primeiro Código Eleitoral do Brasil.

O Código Eleitoral de 1932 criou a Justiça Eleitoral, que passou a ser responsável por todos os trabalhos eleitorais – alistamento, organização das mesas de votação, apuração dos votos, reconhecimento e proclamação dos eleitos. Além disso, regulou em todo o país as eleições federais, estaduais e municipais, instituindo tanto o voto secreto, quanto o voto feminino.

As elites rurais também se enfraqueceram politicamente por conta do intenso êxodo rural-urbano durante os anos quarenta, em decorrência da prolongada crise agrária que se arrastava desde meados da década anterior. É interessante observar que nos 16 anos transcorridos entre 1934 e 1950, a população torna-se majoritariamente urbana em todos os municípios analisados. A referência ao processo de urbanização nesse período é importante, pois a mudança demográfica vai alterar a representação de interesses que vão se manifestar a partir da reestruturação do aparelho de Estado realizada por Getúlio Vargas.

##### 5. O *intermezzo* constitucional (1934 – 1937)

O novo regime constitucional previa a realização de eleições para deputado federal e para as assembleias constituintes dos estados (que elegeriam por sua vez o governador e dois senadores por estado) em outubro de 1934. Dois partidos polarizaram as votações nos municípios analisados: o antigo PRP e o Partido Constitucionalista (PC), articulado por Armando de Salles Oliveira, que havia se tornado interventor federal em São Paulo após Vargas se convencer da necessidade de atenuar a oposição da influente bancada paulista durante os trabalhos da Constituinte. Assim, com certo compromisso de assumir uma linha de pacificação com o governo federal (interessado por sua vez em debilitar os partidos republicanos estaduais), Armando de Salles Oliveira empenhou-se na construção de um partido que não fosse, segundo o próprio, “nem contra 30, nem contra 32, mas uma síntese das aspirações que as duas revoluções defenderam” (Beloch e Abreu, 1984, p. 3036)

A própria formação do PC tratou de arregimentar simpatizantes e militantes em bases diversas, desde o antigo PD a dissidentes do PRP, passando por organizações de ex-combatentes da revolução de 32. Do confronto entre os dois principais partidos (o PC e o PRP) em outubro de 34, o PC de Armando Salles saiu vitorioso, o que lhe valeu a confirmação no cargo, agora como governador constitucional. Várias turbulências acompanharam as eleições de 34, contribuindo para um clima político exacerbado. Com a dissolução da chapa única em julho de 34, e com Armando Salles como interventor, “o PC usou dos mesmos artifícios de pressão política que o PRP exercera contra seus adversários ao longo de 36 anos de domínio. Armando participou pessoalmente da campanha, percorrendo os principais municípios paulistas, formando diretórios e capturando para seu partido influentes chefes perrepistas do interior que não tinham condições de sobreviver politicamente sem a assistência cartorial dos favores governamentais”. (Beloch e Abreu, 1984, p.2509).

Além do PC e do PRP, organizaram-se ainda nesse período outros partidos de menor expressão eleitoral, mas de inegável mobilização política, como a Ação Integralista Brasileira, à direita, e a Aliança Nacional Libertadora, à esquerda, articulada pelo Partido Comunista, e fechada em meados de 1935. Contudo, esses partidos desempenharam um papel muito mais relevante na capital e tiveram pouco significado eleitoral nos municípios analisados.

Foi nesse clima turbulento e de radicalizações que ocorreram as eleições para o pleito municipal em março de 1936, quando novamente os dois principais partidos (PC e PRP) se confrontaram. O curto interregno constitucional entre o final do governo provisório e a decretação do Estado Novo, período em que ocorreu uma única eleição municipal, pautou-se, nos municípios analisados, pelo embate acirrado entre antigos perrepistas e o partido organizado pelo interventor e depois governador constitucional Armando de Salles Oliveira. Em alguns dos municípios analisados, o novo partido deu pouca expressão a elementos de origem imigrante, enquanto o contrário ocorreu em outros, sobretudo onde se registra a influência marcante das Associações Comerciais e Industriais locais.

A título de balanço, podemos afirmar que, como a Velha República, o período pós-trinta é também um sistema “elitista”, mas a operação desse sistema modificou-se: enquanto aquela se baseara no princípio da autonomia estadual, na “política dos governadores” e no compromisso coronelista, este procura a unificação, buscando intervir nos estados



e implantar nova quadratura institucional. A ruptura da estrutura anterior do coronelismo dista bastante da imagem de um corte abrupto. Ela deu-se de maneira gradual, fruto das transformações da sociedade paulista e através de mecanismos jurídico-institucionais e políticos bastante complexos, os quais tomaram forma como uma engrenagem de controle a distância exercido pelo poder central sobre as estruturas estaduais e municipais pré-existentes.

Nada surpreendente, pois que a primeira afirmação, de cunho genérico, baseada nos dados da pesquisa, aponte para uma significativa permanência de latifundiários do café no pós-trinta. Eles continuaram, de modo significativo, a integrar o grupo seletivo de donos do poder nos municípios examinados. Muitos dos antigos coronéis ou figuras a eles associadas são nomeados interventores locais e, apesar da extinção dos mecanismos legais que lhe davam suporte na Primeira República, continuam exercendo o domínio de fato.

Não parece haver dúvidas que o governo Vargas não se propôs a alterar o sistema de propriedade rural, embora a força política dos fazendeiros tenha decrescido de forma constante e progressiva nos anos subsequentes. O setor agrícola exportador passou paulatinamente a compartilhar o poder com novos grupos sociais ligados a outros setores da economia e da escala social. Em grande parte isso foi consequência da implantação de um novo sistema institucional que alterou em última instância o *modus operandi* de dominação política numa sociedade já diversificada economicamente.

O novo *modus operandi* não significou a erosão do tradicionalismo ou do clientelismo. Os anos trinta significaram a erosão da estrutura de poder baseada no “coronelismo” como acima definida, e não o desaparecimento dos proprietários de terras enquanto atores políticos, ou o fim do mandonismo ou da utilização de recursos clientelistas por parte das elites rurais. Sua ação política continuou a se desenvolver através da manipulação e controle de mecanismos de representação e participação política dos grupos sociais, economicamente mais fracos. Porém, este é um ponto importante, sua ação passa a se desenvolver no interior de um novo quadro de relações político-administrativas com a oligarquia estadual e o Estado central.

## 6. O Estado Novo (1937 - 1945)

Com a nova constituição nacional promulgada pelo Estado Novo, ficaram dissolvidas as câmaras legislativas - federais, estaduais e municipais - em todo o território brasileiro. Nos municípios, o novo ímpeto centralizador enfeixou boa parte das funções legislativas, anteriormente exercida pelas Câmaras, no Departamento de Municipalidades, órgão que crescerá em influência, vigiando prefeitos e agindo como mecanismo de transmissão política do interventor federal nos municípios. O fechamento do regime também se consubstanciou pelo ressurgimento da censura, circunstância que inclusive dificulta a recuperação da atividade política (deslocada das atividades partidárias para os bastidores) no período através dos jornais.

Os prefeitos, por sua vez, voltam a ser nomeados pelos interventores federais, o que aproxima a duração de seus mandatos da duração dos mandatos de Adhemar de Barros e Fernando Costa, interventores sucessivos em São Paulo. Como já se observou, é digno de nota no período o grau de controle sobre os assuntos municipais exercido sobre o Departamento de Municipalidades. Também chama a atenção a presença crescente, nos jornais, de sindicatos de trabalhadores, muito embora sempre acompanhados da tutela de autoridades do município.

Desse modo, a armadura institucional promovida pelo regime imposto por Vargas credenciou novos indivíduos, antes absolutamente desprezados pela política local, a tomarem contato (em boa medida orientados pelos prefeitos) com as questões da administração municipal. Tal movimento obviamente não se restringiu à esfera sindical, mas a todo o aparato institucional comandado a partir do governo federal e dos interventores no estado, incluindo-se aí inspetores nas áreas de educação, saúde e institutos de aposentadorias e pensões.

Para os que cultivavam suas origens étnicas em associações, muito freqüentes até bem entrados os anos 30, os tempos não foram muito fáceis, pois o Estado Novo logo tratou de liquidá-las, proibindo na prática seu funcionamento, sob a alegação de banir as ideologias políticas trazidas de fora. Aparentemente, a julgar pelas medidas tomadas, Vargas tinha a compreensão de que o funcionamento das associações de estrangeiros constituía um meio cultural propício à organização política de militantes de esquerda (anarquistas e comunistas) ou de direita (fascistas e integralistas).

Assim, o período estadonovista, ao mesmo tempo em que adotou uma ideologia nacionalista forte, que limitou severamente as atividades de associações de

estrangeiros (e em boa parte dos exemplos impediu seu funcionamento), foi também fértil em oferecer oportunidades nos níveis básicos (do município) da estrutura burocrática em gestação, coordenada pelo poder central. Aos poucos, esses novos elementos foram ocupando cargos e se constituindo como interlocutores ativos, mais tarde representantes de interesses legítimos na política local.

Tome-se, por exemplo, a presença crescente de imigrantes e seus descendentes nos grupos sindicais de empregados e empregadores. Em particular, desejamos aqui ressaltar a atuação das Associações Comerciais, que passam a ter uma inserção permanente na vida política local. Ressalte-se que a grande maioria dos diretores dessas associações era composta de indivíduos de origem imigrante, que haviam se fixado como pequenos industriais e comerciantes nas cidades. É ainda digno de nota que, em várias cidades analisadas, o empenho na fundação dessas associações tenha partido das elites das associações étnicas, sendo que em alguns casos o início de suas atividades ocorreu nas sedes de associações de imigrantes. A passagem soa emblemática, ao aludir à transformação da sociedade local segundo critérios ainda étnicos para um critério puramente de classe. Com o tempo, as associações comerciais fortaleceram-se, chamando para si a representação de seus interesses na política local. Bem antes do Estado Novo, por exemplo, elas já haviam tomado para si um papel muito expressivo na organização local do movimento de 1932.

Além das associações comerciais, iniciativas como a organização de uma rede hospitalar (com instituições como Beneficência Portuguesa e Santa Casa), na qual imigrantes e seus descendentes tiveram papéis muito relevantes, constitui outro exemplo de mecanismo importante de inserção no meio social local, que em muitos municípios, mais tarde credenciou a participação na política local.

De modo geral, as novas estruturas de autoridade surgidas com as reformas institucionais estabelecidas no pós-trinta não somente modificaram a agregação e articulação de interesses sócio-econômicos pré-existentes, como criaram novos interesses e exerceram um estímulo à representação de novos grupos sociais. Assim, o período 1930-1945 nos parece central para explicar a entrada dos imigrantes na elite política local nos anos pós-trinta e mais visivelmente na elite política no período da democracia populista. As elites políticas, novas e velhas, passaram a se alimentar indistintamente de um “clientelismo de estado” fazendo dele uma estratégia de

aquisição e consolidação de poder. Esse processo, como argumentam vários autores, teria profunda significação na formação de vários partidos no pós-45.

## 7. Do clientelismo coronelista ao clientelismo de Estado

O regime que surge da democratização de 1945 não desmantelou a estrutura institucional montada no período de 30-45. Segundo Campello de Souza (1976), “o advento do pluralismo partidário, de eleições diretas e o retorno à separação formal dos poderes do Estado, determinados pela Carta Constitucional de 1946, foram superpostos ou acoplados à estrutura anterior, marcado pelo sistema de interventorias, por um arcabouço sindical corporativista, pela presença de uma burocracia estatal detentora de importante capacidade decisória” (p.105-6).

A rede de interventores e prefeitos nomeados vai se constituir na base para a estruturação do sistema partidário e das lideranças políticas que surgiram neste período, fortalecendo o clientelismo. O aparelho estatal conta com recursos para a montagem da máquina partidária. Os partidos nacionais PSD e PTB são exemplos da utilização destes recursos.

No início de 1945, as pressões no sentido da redemocratização obrigaram o governo a se comprometer com a realização de eleições para a Presidência da República e para a Assembléia Nacional Constituinte. Ao nível dos municípios, o primeiro partido a se organizar foi o PSD, por volta de meados de 1945. Organizado em cada estado pelos interventores sob a supervisão de Getúlio, era natural que o PSD se apoiasse diretamente na máquina política e administrativa do Estado Novo, daí sua maior facilidade em se organizar. Em São Paulo, o próprio interventor Fernando Costa empenhou-se na montagem de diretórios, visando inclusive fortalecer sua candidatura às eleições para o governo do estado. Paralelamente, Getúlio também se empenhou na construção do PTB, com o intuito de recolher (e disputar com o Partido Comunista) os votos da classe operária, de importância crescente nas cidades. Definia-se assim a estratégia básica que elegeria Dutra e que depois levaria Vargas de volta ao poder em 1950: “manter a lealdade dos tradicionais caciques políticos do interior, através do PSD, ao mesmo tempo que conseguia força eleitoral nas cidades, por meio do PTB”, conforme observou Skidmore. O pólo oposto, que reuniu os udenistas, era formado pela oposição, que congregava anti-getulistas de matizes diversas, comandados pelo

brigadeiro Eduardo Gomes, tido por estes como a grande esperança de desalojar Getúlio do poder. Havia ainda outros partidos menores, com pouca expressão durante o pleito presidencial nos municípios analisados. Nas eleições presidenciais, a vitória de Dutra foi expressiva nos cinco municípios analisados.

Contudo, não há exemplo mais nítido de utilização da estrutura das interventorias para a reorganização partidária posterior do que o de Adhemar de Barros e a fundação do PSP (Partido Social Progressista). Após o Estado Novo, Adhemar era o nome menos expressivo da lista preparada pelo PRP paulista, o que estimulou Vargas a nomeá-lo, com a pretensão de tutelar o interventor e assim facilitar o controle federal sobre o que se passava na política paulista, diminuindo ali o poder das correntes políticas tradicionais. De certo modo, o tiro saiu pela culatra, pois Adhemar, ao longo dos pouco mais de três anos em que esteve à frente do governo paulista, consolidou liderança própria, não apenas em relação a Getúlio, mas também frente às lideranças tradicionais do PRP. O novo interventor passou assim a construir sua própria máquina política em lugar de prestigiar as correntes já estabelecidas. “Com esse objetivo, Adhemar demitiu todos os prefeitos do estado, nomeando para seus lugares elementos jovens, muitos dos quais sem qualquer ligação com o PRP e, às vezes, vinculados a grupos rivais a esse partido. Ao mesmo tempo, impôs um estilo dinâmico de administração, realizando obras públicas de grande porte, como a eletrificação da Estrada de Ferro Sorocabana e a construção das rodovias Anhanguera e Anchieta, esta última de proporções gigantescas para a época” (Beloch e Abreu, 1984:317).

A nomeação de “elementos jovens, muitos dos quais sem qualquer ligação com o PRP”, foi o primeiro passo de uma tendência que com o tempo só iria se consolidar: a renovação das esferas políticas municipais, operada por elementos recrutados a partir de uma base social mais ampla, que passou a incluir indivíduos de origem imigrante, em larga medida desconsiderados anteriormente pelos quadros perrepistas.

A administração de Adhemar, além de se fortalecer na capital com a notável remodelação urbana empreendida por Prestes Maia, prefeito da capital por ele nomeado, tampouco descuidou do interior. E é aí que podemos visualizar com maior nitidez o notável esforço de montagem de sua máquina clientelista.

“A assistência ao interior também foi dinamizada através do Departamento de Municipalidades, órgão diretamente subordinado ao interventor, que abriu créditos especiais para obras de saneamento e implantou um sistema de financiamento mais

flexível para as prefeituras, com menores taxas de juro. As obras realizadas com o apoio do governo eram sistematicamente inauguradas com festividades em que Ademar entrava em contato direto com a população local, o que contribuiu para afirmar sua imagem de administrador ousado e político atento aos problemas do povo humilde. Essa imagem foi cuidadosamente alimentada através da utilização da máquina administrativa do estado, dos prefeitos nomeados e de uma ativa política de propaganda que chegou a utilizar o cinema, como na série de documentários intitulada *O bandeirante na tela*. Além disso, todas as noites, às 19:00 h, o interventor fazia pelo rádio a “Palestra ao pé do fogo” destinada especialmente ao povo do interior. Segundo Mário Beni, Ademar “tinha aquela conversa de caboclo franco ... Não era discurso inflamado, não ... falava errado até” (Beloch e Abreu, 1984:317).

Nas primeiras eleições ao governo do estado, em janeiro de 1947, a novidade decisiva foi a vitória do PSP, articulado por Adhemar de Barros, que bateu Hugo Borghi (do PTN), Mário Tavares (do PSD) e Antonio de Almeida Prado (da UDN).<sup>5</sup> No caso do PSP, o partido foi organizado com base no cabedal político que Adhemar de Barros acumulou entre 1938 e 1941, à época em que foi interventor nomeado por Vargas em São Paulo. Com o fim do Estado Novo, quando Adhemar percebe as dificuldades de conquistar legenda junto à UDN ou ao PSD para se candidatar a governador, acaba fundando um partido próprio, que no ano seguinte se funde a duas outras agremiações, surgindo assim o PSP.

A estratégia eleitoral de Adhemar em São Paulo guardou alguma semelhança com a de Getúlio, nacionalmente. Segundo Regina Sampaio, a estratégia do PSP era orientada em duplo sentido: “de um lado, para a consolidação da máquina partidária eminentemente clientelista e cartorial, de forma a enquadrar o eleitorado das regiões menos urbanizadas do estado e parcelas do eleitorado urbano cuja participação política se baseava em padrões mais tradicionais. De outro lado, orienta-se para um apelo populista difuso que é capaz de sensibilizar as massas trabalhadoras sem, contudo, ter condições de enquadrá-las partidariamente”.

---

<sup>5</sup> Adhemar recebeu também o apoio decisivo do Partido Comunista, empenhado em permanecer na legalidade. Hugo Borghi havia sido indicado inicialmente candidato pela legenda do PTB, mas seu nome foi vetado pela direção nacional do partido (inclusive por Getúlio), gerando séria crise interna que definiu sua candidatura pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN). O PTB passou a apoiar informalmente Adhemar.

Assim, com Dutra na Presidência da República e Adhemar de Barros no governo do estado, realizaram-se por fim, ao final de 1947, as eleições para prefeito e vereadores. O próprio perfil dos eleitos confirma a emergência de novos setores: muitos apresentam origens na matriz da imigração, a maior parte deles constituída por profissionais liberais ou comerciantes. Tanto o desenrolar da campanha quanto o próprio resultado eleitoral deixam patentes que os novos vereadores, ligados em sua maioria a atividades comerciais e industriais, representam agora setores e interesses especificamente urbanos no legislativo municipal. Os interesses agrários praticamente desaparecem da agenda política local. É claro que tal circunstância propiciará a emergência de novos atores políticos, muitos dos quais apresentavam origens imigrantes. A mudança também pôde ser demonstrada pela eleição de sindicalistas e de diretores de associações e de times de futebol, todos com origens na imigração.

No plano das agremiações partidárias mais dispostas a acolher os novos políticos de origem imigrante, chamam a atenção, em 1947, as hostes ademaristas e do trabalhismo. Esse último, seja na versão do PTB ou do PTN, teve maior impacto em municípios com certa tradição industrial. Em cidades menos industrializadas, o PSP tendeu a dominar.

O período da democracia populista que se iniciou em 1945 trouxe novas mudanças ao edifício político nacional com a criação de um sistema partidário pluralista, eleições diretas para todos os níveis e uma forma de embate político eleitoral sob a égide do populismo. As primeiras eleições municipais do período que se iniciava mostraram claramente o fim da hegemonia da aristocracia do café na vida política municipal.

De modo relativamente homogêneo, para todas as cidades examinadas, houve alterações significativas na composição social de suas elites a partir do pós-guerra. O quadro abaixo compara a participação de políticos de origem imigrante durante a Primeira República e no período 1945 – 1960 em cada um dos municípios analisados.

**Quadro II**  
Mandatos e vereadores de origem imigrante (1890-1930 e 1945-1960)

	Araraquara		São Carlos		Ribeirão Preto		São J.Rio Preto		Bauru	
	M	ME	M	ME	M	ME	M	ME	M	ME
1890-1930	148	18	162	15	165	17	106	8	95	9
1890-1930	ME/M=0,12		ME/M=0,09		ME/M=0,10		ME/M=0,07		ME/M=0,09	
1945-1960	88	31	83	40	94	47	88	50	86	34
1945-1960	ME/M=0,35		ME/M=0,48		ME/M=0,50		ME/M=0,56		ME/M=0,39	

M – número de mandatos iniciados no período

ME – número de mandatos de vereadores com sobrenomes estrangeiros iniciados no período

Obs.: em geral mandatos de dois anos durante a Primeira República e de quatro anos entre 1945 e 1960.

Fonte: registros eleitorais, periódicos locais e biografias

Enquanto a média dos percentuais de participação de políticos de origem imigrante, nos cinco municípios analisados, é de 9% durante a República Velha, ela salta para 46% no pós – guerra, quintuplicando de valor.

Também é significativo observar que a maioria dos descendentes de imigrantes que entrará na política local pouco se valerá de trunfos propriamente étnicos para conseguir se eleger. Boa parte dos eleitos pisará as Câmaras Municipais e Prefeituras não como representantes de grupos etnicamente definidos, mas apenas como indivíduos que experimentaram uma trajetória familiar de mobilidade social. Mais correto seria apontar que muitos eleitos de origem imigrante se valeram não de bases étnicas, mas de certo sentimento anti-oligárquico, ainda que difuso, pouco organizado.

O significado da inserção da primeira geração de descendentes de imigrantes na política local do estado de São Paulo merece uma reflexão mais aprofundada. Mesmo que as mudanças institucionais, e especialmente a legislação eleitoral e partidária, no pós 1945, tenham contribuído para esta inserção política, a mobilidade econômica e social das famílias a que pertenciam os “novos políticos” foi muito significativa.

Do ponto de vista ocupacional, merece destaque o fato de que boa parte dos eleitos de origem imigrante eram indivíduos que atuavam como profissionais liberais: médicos, advogados, farmacêuticos, dentistas e professores. Não foram, portanto, colhidos a



esmo entre as hostes de origem imigrante. Essa circunstância reforça a noção de que os mais aptos a ingressar na política foram aqueles que experimentaram uma trajetória de mobilidade econômico-social.

## 8. Conclusões

A partir dos anos trinta, os processos de mudanças institucionais e de reforma do Estado se sobrepuseram aos já existentes processos de urbanização e diferenciação das estruturas econômicas dos municípios analisados, conformando uma “conjuntura crítica” que favoreceu a ascensão política dos imigrantes. Em cada uma das cidades analisadas, tais processos acabaram por integrar à política frações de descendentes de imigrantes que já haviam experimentado uma trajetória de ascensão sócio-econômica.

Se, na República Velha, alguns imigrantes encontraram condições diferenciadas de ascensão sócio-econômica nas cidades, o mesmo não se pode dizer das condições políticas, que baseadas no coronelismo e no mandonismo são impeditivas da ascensão política dos imigrantes (exceto em casos especiais) durante todo o período: apenas 9% dos mandatos de vereadores pertencem a imigrantes e seus descendentes.

Mesmo no pós-trinta, de acordo com os dados apurados, é significativa a permanência de latifundiários do café, integrando o grupo seletivo de donos do poder nos municípios examinados. Também ao longo dos quatro anos decorridos durante o período do chamado governo provisório, a participação política propriamente dita, em cargos de representação pública, de imigrantes ou de seus descendentes, foi bastante reduzida. Contudo, o aparente imobilismo do poder local no período que se inicia em 1930, pouco estudado e pouco compreendido pela literatura especializada, marca no nosso entendimento o início da reorganização do poder local que vai culminar com a expressiva participação política dos imigrantes e descendentes a partir de 1945.

Apesar de os mecanismos políticos de representação democrática formal nos municípios terem sido pouco expressivos nesse período, isso não significou o correspondente congelamento da política local. Algumas instituições, como, por exemplo, as associações comerciais, ganham impulso, e passam a ter uma inserção permanente na vida política local. A importância dessas associações está, também, no fato de que em todos os municípios pesquisados, a maioria dos diretores era composta de indivíduos de origem imigrante, que haviam se fixado como pequenos industriais e

comerciantes nas cidades. Assim a nata das associações étnicas, representada por seus indivíduos mais abastados, em geral lastreou a fundação das associações comerciais e industriais, estas depuradas do crivo étnico.

A mobilização das sociedades locais no período de 1930 a 1945, quer no formato de associações comerciais, de sindicatos, de associações hospitalares ou mesmo de fundação de jornais, deu aos descendentes de imigrantes oportunidades de ascensão política, que seus pais jamais sequer sonharam na Primeira República, contribuindo significativamente para as alterações que ocorrem na composição da elite política local no pós-guerra.

Já na primeira legislatura e durante todo o período que vai de 1945 a 1964 pode-se notar a constante presença dos descendentes de imigrantes no legislativo municipal e mesmo no executivo, mudando a composição da elite local e a organização do poder político nos municípios. A média de participação de políticos de origem imigrante salta de 9% durante a República Velha, para 46% depois de 1945. No conjunto, acreditamos que nosso trabalho possa enriquecer a compreensão da transição do coronelismo ao populismo no interior paulista e o papel da inserção dos imigrantes e de seus descendentes na política local.

### *Bibliografia*

- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado e BRIOSCHI, Lucila Reis (orgs.) *Na Estrada do Anhanguera*. São Paulo: Humanitas/USP, 1999.
- BASTOS, Tavares. *A província. Estudo sobre a descentralização no Brasil. Coleção Brasileira*. São Paulo: Ed. Nacional. 1937.
- BELOCH, Israel e ABREU, Alzira Alves. *Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro (1930-1983)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.
- CAMARGO, José Francisco de. *Crescimento da População no Estado de São Paulo e Seus Aspectos Econômicos*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas. 1981.
- CAMMARCK, Paul. "O 'coronelismo' e o 'compromisso coronelista': uma crítica". In: *Cadernos DCP*. Belo Horizonte: UFMG. 1974.
- CARVALHO, José Murilo de. "Estudos do poder local no Brasil". In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n.25/26. Belo Horizonte: UFMG. 1968.
- \_\_\_\_\_. "Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual". In: *Dados. Revista de Ciências Sociais*, v.40, n.2. Rio de Janeiro. 1997. P.169-327.
- CINTRA, Antonio Octávio. "A integração do processo político no Brasil, algumas hipóteses inspiradas na literatura". In: *Revista de Administração Pública*, jul./dez. Rio de Janeiro. 1971.
- \_\_\_\_\_. "A política tradicional brasileira: uma interpretação das relações entre o centro e a periferia". In: BALAN, Jorge (Org.). *Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Difusão Européia do Livro. 1974.

- CUNHA, Wagner Vieira da. *O sistema administrativo brasileiro*. Rio de Janeiro. Ministério da Educação e Cultura. 1963.
- DAHL, Robert A. *Polyarchy participation and oposition*. New Haven: Yale University Press. 1971.
- \_\_\_\_\_. *Who governs?* New Haven/London: Yale University Press. 1964.
- DINIZ, Eli. *Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982.
- DUARTE, Nestor. *A ordem privada e a organização política nacional*. São Paulo: Nacional. 1966.
- EUL SOO, Pang. *Coronelismo e oligarquias, 1889-1934*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1979.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Rio de Janeiro: Globo, 1987.
- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930*. São Paulo, Brasiliense, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Historiografia da Imigração para São Paulo*. São Paulo: Sumaré, 1991.
- FAUSTO, Boris et alii. *Imigração e Política em São Paulo*. São Paulo: Sumaré, 1995.
- HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o Café. Café e Sociedade em São Paulo. 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1984.
- HUNTER, Floyd. *Comunity power structure*. North Caroline/Chapell Hill: The University Press. 1953.
- JAGUARIBE, Hélio. "Política de clientela e política ideológica". In: *Digesto Econômico VI*, n.68, jul. 1950.
- KERBAUY, Maria T. *Poder político local: do coronelismo ao populismo (um estudo de caso: São Carlos)*. São Paulo: PUC, 1979 (dissertação de mestrado).
- \_\_\_\_\_. *A morte dos coronéis: política interiorana e Poder Local*. São Paulo: tese de Doutorado PUC. 1982.
- LAMOUNIER, Bolivar. "Política local e tensões estruturais no Brasil: teste preliminar de uma hipótese". In: *Dados*. Rio de Janeiro. 1968.
- \_\_\_\_\_. *Violence and economic development: towards a theory of political charge in brazilian communities*. Minas Gerais: UFMG. 1972 (mimeo).
- LAMOUNIER, Bolivar; MENEGUELLO, Rachel. *Partidos Políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense. 1986.
- LEAL, Victor Nunes. "O coronelismo e o coronelismo de cada um". In: *Dados*, v.23, n.1. Rio de Janeiro: IUPERJ. 1980.
- \_\_\_\_\_. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa/Ômega. 1975.
- LOVE, Joseph. *A locomotiva - São Paulo na Federação Brasileira 1889-1937*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.
- MARTINS, Ana Luiza. *História do Café*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MERTON, Robert. "Algumas funções da máquina política". In: AMORIN, Maria Stella (Org.). *Sociologia Política II*. Rio de Janeiro: Zahar. 1970.
- NUNES, Edson. *A gramática política do Brasil. Clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar / Brasília: Enap. 1997.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Ômega. 1976.
- REIS, Elisa Pereira; RUAS, Maria das Graças. "Dos coronéis aos generais: um estudo comparado de eleitores rurais". In: *VII REUNIÃO da ANPOCS*. Águas de São Pedro. 1983 (mimeo).
- REIS, Fábio Wanderley. "Solidariedade, interesses e desenvolvimento político: um marco teórico e o caso brasileiro". In: BALAN, Jorge (Org.). *Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Difel. 1974.
- RODRIGUES, José Albertino. *Relatório de Pesquisa (mimeo)*. São Carlos: 1991.
- SAMPAIO, Regina Maria Pereira. *O Partido Social Progressista em São Paulo*. São Paulo: PUC, mimeo, 1979.

- SANTOS, Marco Antônio Alves dos. *Imigrantes, Elites e Sociedade em São José do Rio Preto*. Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da UFSCar sob a orientação do Prof.Dr. Oswaldo Mario Serra Truzzi, 2001.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. "A democracia populista 1945-1964: bases e limites". In: ROUQUIÉ, Alain et al (Org.). *Como renascem as democracias*. São Paulo: Brasiliense. 1985.
- \_\_\_\_\_. *Estado e partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega. 1976.
- TELAROLLI, Rodolfo. *Poder Local na Primeira República*. São Paulo: Nacional. 1977.
- TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico - um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.
- TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. *Café e Indústria – São Carlos (1850-1950)*. São Carlos: UFSCar, 2000, 2.ed.
- \_\_\_\_\_. *Patrícios, Sírios e Libaneses em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- WALKER, Thomas e BARBOSA, Agnaldo de Souza. *Dos coronéis à metrópole. Fios e Tramas da Sociedade e da Política em Ribeirão Preto no séc. XX*. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000.
- WILLEMS, Emílio Cunha. *Tradição e transição em uma cultura rural no Brasil*. São Paulo: Secretaria da Agricultura. 1947.
- ZANARDI, Francisco Eduardo. *Partidos e organizações políticas no município de São Carlos – 1930/1945*. São Carlos: Relatório final CNPq/PIBIC. 1995.